

O VENENO E A ADRENALINA NA “VIDA DO CRIME”: NARRATIVAS DE ADOLESCENTES EM CUMPRIMENTO DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS¹

Danielli Vieira (IFSC/SC)

Palavras-chave: emoções, adolescentes, narrativas.

Aí, X, fica calmo
Não apavore
O *veneno* vai passar, a qualquer hora
Tem um ditado que diz:
“Coração de vagabundo bate na sola do pé”
Mas o problema é que ele bate, né?
Quando eu era pequeno, meu pai me batia
Olhava em meus olhos e ainda ria
Mamãe me dizia: Joe, deixa quieto
Mas agora eu cresci, pode crer, o papo é reto
Entrei no sistema, mas eu corro pelo certo
Sentado aqui, eu não tenho um amigo
Só meus irmãos, que falam que fecham comigo
Sou Joe MC, superior...
Tenho orgulho, bato no peito
Pois quem não deve não treme
Não tenho medo de ninguém
Se fode, não tenho dó
Ando sozinho, não, não, com os irmão do lado
(Joe)².

As discussões apresentadas no que segue tratam de emoções e sensações que permeiam a experiência de adolescentes no que eles circunscreveram como “vida no crime”. Elas foram desenvolvidas a partir de duas etnografias (VIEIRA, 2009; 2012; 2014) centradas em narrativas de meninas e meninos em cumprimento de medidas socioeducativas.

A primeira pesquisa de campo (VIEIRA, 2009) - para uma dissertação - foi realizada em instituições de internação para meninos – locais em que viviam longos períodos de isolamento e privados de liberdade. Nesse contexto de interlocução, o que mais chamou a atenção foi a questão de uma acentuação da dimensão de “estar no veneno” e da narração como possibilidade de “desabafar”, de colocar para fora o que eles chamavam de *veneno*. Tal categoria apareceu quando descreviam sua condição atual

¹ Trabalho apresentado na 31ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 09 e 12 de dezembro de 2018, Brasília/DF.

² Todos os nomes são fictícios e escolhidos pelos próprios jovens que participaram das pesquisas.

(estar “preso”³) e também nas referências aos aspectos de sofrimento, de dificuldades na vida que levavam “no crime”. Essa ênfase trouxe à tona uma importante dimensão da vida desses jovens que, em geral, é pouco visibilizada. Quando pensamos em jovens “envolvidos” com o tráfico, o que vem mais facilmente à mente é o “*ethos* guerreiro” (Zaluar, 1995), a virilidade, a coragem, as guerras. Aprendi que os “guerreiros” também sofrem: ao verem situações difíceis na família, ao presenciarem a morte de um amigo assassinado, ao se lembrarem de pessoas que mataram ou que ajudaram a matar, com o trabalho nas madrugadas, por estarem privados da liberdade. Em suma, foi mais um momento na trajetória de pesquisa que mostrou a importância de uma abertura às múltiplas possibilidades de configuração dos sujeitos e de suas experiências.

Já a pesquisa de campo para a tese (VIEIRA, 2014) deu-se em locais nos quais eram aplicadas medidas socioeducativas de semiliberdade e de liberdade assistida para meninas e meninos. Nesse contexto, em que estavam sob menos vigilância e não submetidos a castigos corporais, vieram à tona relatos sobre situações em que sofreram castigos, torturas, humilhações dentro das instituições de internação e na rua. Tais histórias são aqui analisadas no quadro da dimensão de “viver no veneno”. Além disso, outro conjunto de emoções – por eles tratadas em geral em termos de *adrenalina* - permeou as narrativas e se refere a uma dimensão bem diferente: de aventura, de diversão, de experimentação.

Vale ressaltar que as emoções aqui analisadas não podem ser extraídas de um contexto mais amplo da experiência na “vida do crime” na perspectiva dos interlocutores. A tentativa de tradução desses sentimentos, emoções e sensações faz parte de uma dada “teoria etnográfica” (Goldman, 2006) e, como bem analisa David Le Breton:

As emoções não são substâncias, objetos descritíveis cujos equivalentes seriam facilmente identificáveis em duas culturas diferentes por meio do simples exame léxico. Elas são atitudes provisórias que manifestam a tonalidade afetiva do indivíduo na sua relação com o mundo. A causa das emoções, seus efeitos sobre o indivíduo ou sua modalidade de expressão não se concebem fora do sistema de significados e de valores que regem as interações no grupo. (Le Breton, 2009, p. 152).

O veneno

O termo *veneno* foi recorrente nas narrativas dos interlocutores. Ele apareceu quando descreviam sua condição atual (estar “preso”³) e também nas referências à vida

³ Os Centros de internação para cumprimento de medidas socioeducativas do estado de SC apresentavam à época (primeira década dos anos 2000) estrutura, forma de organização e corpo de funcionários similares

que levavam “no crime”: “Só *veneno* esse lugar, né” (Wesley); “Ééé, o mundão assim do crime também não vale a pena não, só ilusão mesmo, né... o cara tá bem, depois ta aí, daí é só *veneno*, né. (Wesley). Wesley falou do sofrimento que sentiu ao ver um amigo ser assassinado em termos de “veneno”: “oh, daí mesmo, só *veneno*, né. Matar assim um parceiro assim do cara, o cara fica até ruim, né, meu deus, né”.

Carlos falou sobre formas de descontar o “veneno”: Na hora só *veneno*, pegar e sentar o laço mesmo, [...] é muito *veneno* mesmo, só desabafa no gatilho do revólver, vai que vai. [...] aí eu ficava mais às pampa, descontava o *veneno*”.

Em conversa com Joe, perguntei diretamente o que significava “veneno” e ele respondeu que é “tudo que é ruim”, que é acumulado dentro da pessoa e pode fazê-la sofrer. Joe afirmou, ainda, que “o veneno fortalece”. De acordo com ele, os sofrimentos e o fato de ter que lidar com situações diversas de violências tornam a pessoa mais forte. Dessa forma, violências sofridas podem ser a causa de acúmulo de “veneno”, de “sofrimento” e, ao mesmo tempo, podem ser efeito do “veneno”, quando utilizadas para expurgá-lo. Theophilos Rifiotis, em orientação, lembrou-me que *pharmakos* em grego significa tanto remédio, quanto veneno, e que, entre os makonde (tribo moçambicana na qual fez campo), a categoria “ntela” é que traz esse duplo sentido. No sistema xamânico Siona, analisado por Esther Jean Langdon (1988), o conceito de *dau* é elemento essencial tanto na cura quanto na causa das doenças. Além disso, consiste na fonte de poder do xamã. Assim como o *veneno*, o *dau* pode causar sofrimento, infortúnio, mas, por ser fonte de “poder”, de “fortalecimento”, pode viabilizar a cura através da mediação do xamã.

Por fim, Joe disse também que o *veneno* relacionado aos sofrimentos que alguém passa pode ser “descontado” por meio de brigas ou “coisas mais graves”. Nesses casos, a experiência de sofrimento relaciona-se também a sentimentos como amargura, raiva e ódio, que podem ser descontados por meio da utilização de violências. Trata-se das situações descritas por Carlos: “desabafa no gatilho do revólver” e “estocar para desabafar”. Nessas circunstâncias, as violências atuam como meios de expurgar a raiva, o sofrimento. É preciso entender que esse tipo de modalidade de expurgo do sofrimento, de manifestação da raiva, mostrava-se a esses sujeitos como o caminho conhecido, como o caminho mais próximo. Mas na interlocução com Carlos sobressaiu uma dimensão politicamente muito importante em relação ao processo de narrar e de escutar. O menino,

ao tradicional modelo prisional. Isso explica o acionamento por parte dos jovens das expressões “cadeia”, bem como “estar preso”, quando se referiam a essas instituições.

que “aprendeu” com 13 anos a matar e que só encontrava como caminho de descarrego o “gatilho do revólver” ou “estocar”, “furar” companheiros de cela, diz, no final da nossa conversa, que está se sentindo “às pampa” e que “leva mais desabafar do que estocar alguém”.

“Narrar para desabafar”

Cercado por paredes, e detrás de uma cela. Saudades da família e também da minha favela. CIP ou cadeia, coração amargurado. À noite a mente pesa, com lembranças do passado (Ângelo, trecho de letra de rap)

O tom de desabafo prevaleceu nas conversas com os jovens internados. Quando há “desabafo”, há experiências de dificuldades, de sofrimentos. Eles desejavam pôr para fora o “veneno”. É importante salientar que esse tom deve ser entendido como decorrente da forma com que se deu a nossa relação. Eu não representava para eles nem uma pessoa igual (de dentro), nem uma pessoa alheia, que não mereceria confiança. Além disso, coloquei-me desde o início numa posição de escuta. Eles sabiam que era uma escuta diversa daquela das pessoas da instituição, já que era uma escuta sem pretensão de ensinamento, de avaliação, e, além disso, que manteria o sigilo em relação às suas identidades. A seguir, descrevo uma interlocução na qual a questão do “narrar para desabafar” se mostrou claramente.

Em uma de minhas visitas a campo, Carlos foi o primeiro menino que se disponibilizou a falar. Ele tinha uma postura de igualdade em relação a mim, falava olhando em minha direção e, em geral, com tranquilidade. Contou-me a sua vida: seu envolvimento com o tráfico e com o crime organizado; suas mudanças de cidade; suas fugas e sua estada, mesmo sendo menor, em uma delegacia junto aos maiores; os assassinatos que cometeu; sua relação com a família, com sua filha; os pensamentos sobre a possibilidade de “mudar de vida”. Conversamos durante duas horas. Algo que vale pontuar é que tal menino passou por uma espécie de “aprendizado”, cujo objetivo era o de não nutrir sentimento algum, além da raiva, para ser capaz de matar sem constrangimentos. Carlos contou também que usava muita cocaína e que, sob seu efeito, fazia coisas que não imagina como conseguiu fazer. Quase no final da nossa conversa, relatou que, estando internado, o pensamento ficava “à milhão”. Às vezes acordava a noite assustado, pois era “só veneno nesse lugar”. Falou então sobre a vontade de fugir e

contou-me que já havia visto internos que se suicidaram dentro da “cadeia” por “ficar depressivo e se matar”. Nesse ponto, contou então que achava que não tinha pensado em se matar durante outras internações, pois “descontava minha depressão em cima dos outros”, “estocava” (furava) espeto em outros, “aí eu ficava mais às pampa, descontava o veneno”. Depois de mais alguns minutos conversando, eu disse para ele que já estávamos falando há uma hora e meia, ele então disse o que segue:

Orra! Tudo isso dona?! Ô, tempo pra caralho, trocando uma idéia, né. Eu já (...), o cara vai desabafando, vai falando, vai ficando bem mais às pampa assim. Ô, o cara fica só na cadeia, pá, vai trocar idéia com as dona ali o cara fica no veneno, só sai no veneno, mesmo... ô já vem pra dentro do nível mesmo magoadão. O cara troca uma idéia vai desabafando, pá, aí vai clareando a mente do cara, o cara vai pensando mais... o cara vai tendo uma visita o cara vai ficando mais às pampa.

Às vezes, em vez de furar...

É... desabafar leva mais do que chegar e furar alguém, pá, fazer uma coisa errada, né. Leva mais, conversar, desabafar... Leva mais desabafar do que estocar alguém. Desabafar o cara fica mais às pampa.

Outros meninos explicitaram que foi bom falar comigo para desabafar. Em um período do dia eles estudavam, havia espaços para atividades físicas, mas contaram que passavam grande parte do dia nas celas e aproximadamente 12 horas durante a noite. Na dinâmica das instituições, a penalidade (denominada “medida disciplinar”) para o descumprimento das regras impostas é o trancamento do jovem em sua “cela”, às vezes por semanas, com saída apenas para banho e banho de sol. Não se está aqui tentando reproduzir os discursos que enfatizam o valor da ocupação em detrimento da reflexão, do tempo ocioso. O dilema é que o “tempo de parada”, e a possibilidade de reflexão quando nas condições descritas, podem ter efeitos psicológicos, físicos e mesmo sociais muito sérios na vida desses sujeitos.

A percepção da narração como uma experiência de “desabafo”, que gera sensações de tranquilidade, de bem-estar, de ficar “às pampa”, remete à “função terapêutica” da narração (OCHS, 2000). As falas que trouxeram os meninos sobre o “desabafo” aponta no sentido de que, também na relação entre antropólogo que escuta e interlocutor que narra, pode ter lugar uma experiência restauradora, “terapêutica”, no sentido de amenizar sofrimentos, angústias (“o veneno”). O “desabafo”, no caso da presente pesquisa, foi situado de duas maneiras: como forma de expurgar o “veneno” relacionado à situação de estar preso (com pouquíssimas relações sociais, privação de liberdade, solidão) e de desabafar em relação a situações passadas que causam sentimentos de culpa, de “peso”, de sofrimento.

É claro que no âmbito da Antropologia a função “terapêutica” da interlocução não é o objetivo, mas não deixa de ser um efeito. E, sendo assim, é preciso pensar sobre esse efeito e suas implicações para a pesquisa. No caso em questão, o “desabafo” foi uma das maneiras de apropriação da pesquisa por parte dos sujeitos. Essa forma de apropriação está ligada ao contexto institucional no qual se realizou a pesquisa e os efeitos desse contexto no cotidiano desses jovens.

Castigos, torturas e humilhações

Na ocasião da pesquisa de campo durante o mestrado os interlocutores frisaram a condição de sofrimento que prevalecia quando internados. Contudo, não relataram diretamente situações de torturas, castigos extremos sofridos no interior das instituições. Somente durante o campo para tese, na Casa de Semiliberdade, é que despontou uma série de relatos sobre torturas, violações, castigos vivenciados no interior das instituições de internação e na rua. Aqui é importante lembrar que na primeira pesquisa, realizada no interior das instituições de internação, foram raros os momentos em que pude conversar com os adolescentes longe dos chamados monitores (com função similar a dos agentes prisionais). Tal vigilância bem como a desconfiança – como uma atitude de defesa e de prevenção por parte de internados – podem ajudar a entender por que esses relatos não apareceram naquela ocasião. Já na situação em que viviam em uma Casa de Semiliberdade, sentiram-se à vontade para compartilhar essas experiências. Primeiramente, foram relatos espontâneos que apareciam quando perguntados “como era na internação”; depois, dada a recorrência das descrições, passei a perguntar diretamente se haviam sofrido castigos, se tinham apanhado nas instituições.

Seguem relatos das meninas e meninos sobre humilhações, torturas, espancamentos, castigos que, de acordo com eles, ocorreram dentro de unidades de internação (provisória ou definitiva) para cumprimento de medida e na rua, levados a cabo por “monitores” e monitoras ou por agentes policiais. Trata-se de uma dimensão da experiência de estar “no crime”, de ser “criminalizado”, de ser institucionalizado, que foi trazida pelos sujeitos da pesquisa. São relatos que falam de uma presença estatal que deixa marcas visíveis no corpo e com efeitos mais difíceis de descrever no que toca aos aspectos da “alma” – psicológicos, psíquicos, subjetivos.

Instituições de internação de meninas

Passei veneno naquele lugar, foi horrível, acho que foi a pior parte da minha vida. Ficar presa. [...] Algumas (*monitoras*), sabe, elas humilhavam a gente, sabe? Elas pisavam na gente (*choro*), elas faziam o que queriam com nós. Eu chamava alguém e pedia para me ajudar. O seu (*gerente da instituição*), coitado, tentava, não podia. A gente fazia B.O contra elas, não adiantava, não adiantava. Elas ficavam ali debochando da nossa cara, achando que a gente era tola, sabe? [...] Elas diziam que eu era louca, aqui (*mostra as mãos*) elas apertavam na mesa com a unha, sabe? E deixaram tudo marcado.... ô, cara... Eu tava com as pernas todas rochas, sabe? Eu tenho marcas, assim, até hoje. Não sei de dá de ver. Tem uma aqui, ó (*mostra marca na perna*), até hoje.
Elas te deixavam com as pernas presas?
Eu ficava, olha só como eu ficava, vou mostrar (*pernas e mãos atadas*).
Mas o dia inteiro?
É, uma vez eu fiquei das oito horas até as dez da noite. Elas diziam que era pra eu não me machucar. Mas não era pra eu não me machucar, era pra eu não chutar a porta e pro gerente não vir, sabe?

Essa menina, de acordo com seu relato, entrou depois num estado de depressão, machucava o próprio corpo e continuava a ser agredida pelas monitoras. Acerca das escarificações e cortes autoinfligidos, vale trazer as reflexões de Le Breton (2010, p. 221-241) sobre o infligir-se dor para lidar com um sofrimento indescritível; a dor como exorcismo de um trauma, como resistência; as escarificações como “cortes que cessam o sofrimento”⁴ Contou, ainda que começaram a medicá-la de modo que ficava “praticamente anestesiada”. Cabe ressaltar aqui a questão da medicalização como forma de controle e mesmo de punição, bem como a acusação de “loucura” para a legitimação daquele tipo de tratamento em relação à menina.

“Quando cai, apanha”: dia de detenção é dia de surra/tortura

Segue um trecho de narrativa acerca de uma situação que parece ser corriqueira, de acordo com vários interlocutores. No momento em que são apreendidos por policiais, antes de serem levados às Delegacias, levam surras, choques, etc.

Os policial da BOPE, quando me pegaram, quase me mataram. Deram um monte de choque, quase me mataram. Tive que fingir que tava quase morrendo pra eles parar de bater.
Antes de chegar na DP...Eles levam pra algum lugar?
Me levaram lá no (...) desativado. Me levaram lá, quase me mataram.
E, quando chega na DP nesse estado, o delegado não pergunta nada?
Pergunta, mas nem adiantava nada. O delegado lá perguntou, né, se tinham me batido, pá. Daí o policial pegou assim no meu pescoço, que era pra falar que não tinha acontecido nada.
Mas não fica marca? Eles batem no corpo?

⁴ Numa outra obra na qual trata as especificidades das “condutas risco” na adolescência, o autor trabalha também a centralidade da pele nesse período da vida e os cortes como atos de passagem numa lógica do sacrifício (Le Breton, 2007, p. 99-132).

Aqui, ó, foi do dia que eles me pegaram (*mostra cicatrizes*). Esse machucado aqui foi do dia que a polícia me pegou.

Cada vez que prendia, eles me batiam. Ou me catavam na rua. Quando eu tava foragido daí eu nunca, não tinha deixado eles me catar.

Mas quando eles pegam é feio? Até guri pequeno eles surram?

É feio. Ô, tinha um moleque – um irmão de um amigo meu –, o moleque tinha treze anos e quebraram a costela, tem um buraco aqui na barriga que quebraram as costelas dele. Treze anos de idade, tem um buraco aqui na barriga.

Nos Centros de internação provisória e de internação de meninos

Sim... Dormi uma semana, também, de algema e marca-passo, sem colchão.

Sem tomar banho, sem nada?

Sem nada.

Uma semana de algema... na perna também? No chão?

No chão.

E nessa semana o que você ficava pensando?

Eu ficava só sentado. E pensando nas coisas...

Mas e comida?

Daí a comida eles só passavam na ruelinha, daí eu pegava e comia de algema.

E você acha que isso acontece muito, com os de maior também?

Eu não sei. Com de menor eu já vi acontecer, meu Deus... cada coisa... Tipo amarrar uma corrente aqui na pessoa e amarrar num concreto. Pra pessoa não fugir. Dentro de um quartinho já, todo fechado, a porta de aço, e, dentro daquela porta de aço, o cara com algema e marca-passo e um negocinho no pescoço e numa barra de concreto.

Tipo castigo mesmo...

Ééé. Castigo mesmo.

Entrada de policiais nos Centros de internação

Há, também, os casos em que agentes policiais são chamados pela direção das instituições a entrar nessas últimas.

Aí eu botei na cabeça que eu ia mudar. Eu já botava na cabeça que ia mudar... mas cabeça fraca, né? Daí a polícia entrava, batia em nós: “Ah, não vou mudar, pá”. Não tem como mudar, porque vai crescendo uma revolta. Eu botei na cabeça que vou mudar e vou mudar, né?

Então foi um período ruim, né?

É, bem dizer, pra melhorar e tirar fora da sociedade, né? Mas daí a polícia entrava lá e batia em nós, daí...

O cara fica mais “no veneno”...

É, fica mais tudo, né? Isso era só no começo, né? Mas... cabeça fraca não consegue mudar, e quem quiser mudar muda.

.O que dizer dos relatos

Tais trechos das narrativas podem ser “lidos” de diversas maneiras. Constituem por eles próprios a denúncia de um sistema que se pretende socioeducativo. Essas narrativas falam da prevalência de práticas punitivas pautadas pelo suplício, pelo castigo

e pela tortura em tempos de regime democrático e aplicadas justamente ao público ao qual foi preconizada uma condição diferenciada no que tange ao sistema penal.

Os relatos apresentados convergem com as descrições presentes em relatórios do Conselho Nacional de Justiça (2012), bem como com outros documentos acerca de execuções sumárias de adolescentes em confrontos com a polícia no estado de Santa Catarina. Mas é preciso ir além da denúncia, do mal estar e da tristeza que sentimos ao ler cada relato e procurar compreender o que tais situações produzem, além de abuso e de vitimização.

Uma leitura mais analítica dessas situações poderia estar na elucidação de como a tortura, as violências em relação ao corpo e à mente são significadas por esses sujeitos e como atuam em suas constituições subjetivas. Acerca desse aspecto, remeto ao trabalho de David Le Breton (2010) no qual ele analisa, dentre outras “experiências da dor”, a tortura como “fratura de si”. Nas suas reflexões sobre pessoas que sofreram torturas – no contexto de situações de guerra e de governos ditatoriais –, predomina a ideia de “implosão do sentimento de identidade”, de “fratura da personalidade”. Não creio ser esse o caso nas experiências dos adolescentes contatados. Eles relatavam as situações de tortura e dos castigos recebidos sem bloqueios. As marcas, as cicatrizes entre eles não são escondidas, não são motivo de vergonha – ao menos em nossa interação e entre eles –, mas são apresentadas como um sinal de força, de sobrevivência, de caráter/ética, como no caso de resistir e não delatar os companheiros. Como aprendi com eles, na constituição de seus corpos e mentes o “veneno fortalece”. A passagem por essas situações compõe a “vida no crime”, é uma de suas faces de sofrimento, mas é encarada como uma parte mais ou menos esperada, assim como “hospital, cadeia, caixão”.

Contudo, há uma característica apontada por Le Breton (2010) e que atinge de maneira muito forte os adolescentes: a quebra da confiança em relação ao mundo ordinário por conta da introdução do imprevisível nessas experiências. Acredito, contudo, que em nosso caso isso se dá não apenas por conta das situações de tortura, mas de uma série de situações de imprevisibilidade: a qualquer momento pode haver um conflito com a polícia, com grupos rivais, com desafetos; em uma hora tem-se tudo – dinheiro, mulheres, amigos – e logo em seguida pode-se perder tudo.

Essa questão da normalidade, da não interpretação das situações em termos de “trauma” e de sua resignificação em termos de “fortalecimento” nos leva a pensar sobre quais são os intoleráveis, os abusos para esses jovens; o que para eles extrapola, o que para eles é violência. Vale lembrar aqui a fala do menino que preferia câmeras à

arbitrariedade dos castigos: ele não colocou em questão os castigos em si, mas o fato de serem gratuitos, “sem a gente merecer”. O abuso, para esse adolescente, não era o uso da força física, mas sua arbitrariedade. Por outro lado, uma das meninas afirma que bater, surrar adolescentes é ilegal. Ela questiona e critica não apenas a arbitrariedade, mas os castigos, a violência física por eles próprios. Entretanto, como apontado, ela faz uma operação de ressignificação, de agenciamento diante de uma situação de castigo: “Mas eu gostava de ficar no quarto, que eu não tinha que olhar pra cara delas [...]”.

No caso dos meninos e meninas que passam por diversas situações de violência nesse contexto, dos que vivem um profundo “envolvimento com o crime” e que afirmam ter consciência das consequências, inclusive uma possível morte violenta – “caixão”, tenho a impressão de que vão constituindo um corpo e uma “mente” resistentes a toda forma de violência dirigida a eles próprios. Para a maioria desses, a “vida longa, segura” não é um valor central, e a dignidade de uma pessoa parece concentrar-se no “respeito” e na “consideração” que ela atribui a outrem e que a ela são atribuídos. O sacro, o intocável podem ser, por exemplo, figuras como as mães, as avós e mesmo os objetos que remetem a elas. Vale mais morrer como “sujeito homem” do que viver o resto dos dias como delator, “traíra”, “verme”. Um tapa na “cara” pode ser pior do que um espancamento. Na “X Reunião de Antropologia do Mercosul”, debatemos o trabalho de Claudia Briones e de Marcela Tomás (2013) sobre *Sentidos y territorios vivenciales de violencias y violentamientos en situaciones de encierro*. Ali também chamou muito a atenção o fato de que, em relação às violações descritas pelas autoras, o que internos consideravam abuso se relacionava à ideia de desrespeito, especialmente no que toca a situações que repercutiam de alguma forma em pessoas pelas quais eles tinham afeto.

É importante lembrar que a consciência da possibilidade de morte violenta – seja em confrontos, seja por “pisadas” – e o foco na intensidade das experiências e não em sua extensão não devem ser tomados como desleixo com a vida. Há uma vontade de vida nessas vidas que se sabem breves. Essa vontade se manifesta nos agenciamentos, nas contra-sujeições que estão presentes em momentos tão limítrofes. Uma das maneiras encontradas pelos adolescentes para resistir e para fazer algo diante das violações no interior das instituições é a rebelião. Alinho-me aos argumentos de Maria Cristina Vicentin (2005), que perspectiva as rebeliões como “acontecimentos-resistência”, como “linhas de fuga” ante os aparatos de repressão, vigilância e extermínio.

Durante um dos dias da pesquisa de campo na Casa, chegaram alguns adolescentes “novos” após uma rebelião em um Centro de internação. Eles me perguntaram se eu sabia

do acontecido: “Quebramo tudo”. Relataram que estavam apanhando frequentemente dos monitores. De acordo com os jovens, eles entravam nas celas, batiam, davam chutes e choques. O diretor da instituição teria mesmo demonstrado pena em certa ocasião diante do estado em que estava um dos internos, contudo fez “vista grossa”. Segundo os adolescentes, a gota d’água foi um tapa no rosto de um dos internos. Aí vale lembrar o que discuti acima sobre o limite do tolerável, que, nesse caso, parece ser mais moral do que físico. Contaram, ainda, que, no dia em que se rebelaram, foram destruindo tudo com chutes e que, com as pedras de concreto das coisas quebradas, acertavam o resto. A Polícia Militar foi chamada. Antes de ser algemado, um deles ainda bateu em um dos monitores. Foram para o pátio com as mãos para cima e deviam também tirar a roupa, ficando apenas com a roupa de baixo. Quem estava sem cueca ficou sem nada mesmo. Ainda, segundo o relato, ficaram de joelhos em frente aos policiais e começaram a cantar uma música cuja letra dizia: “Matar os polícia é a nossa meta” (*Apologia*, Mc Daleste). Perguntei se eles não tinham medo, e eles disseram que não: “os caras” não podiam matar eles ali; e, se matassem, “fazer o quê? Essa vida é isso mesmo. O cara sabe que vai morrer”. Resistir, mesmo ou principalmente diante da possibilidade da morte, é uma maneira de tornar-se sujeito, de não ser apagado, subsumido, violado.

Em síntese, nesse processo esses adolescentes constituem corpos resistentes em que o “veneno” e “o sofrimento” fortalecem, bem como um caminho que seguem a despeito de o ponto de chegada ser “hospital, cadeia, caixão”. No entanto, eles também falaram sobre outras dimensões “dessa vida” que envolvem emoções e sensações bem diversas daquelas relacionadas ao “veneno”, como, por exemplo, a diversão, a adrenalina, a aventura.

Emoções e alterações: a adrenalina, o uso de “drogas”

Quando narravam suas histórias havia um momento do relato, quase sempre o primeiro, no qual a entrada na *vida no crime* era dotada de sentido, era justificada. Se há aí uma espécie de “neutralização moral”, é porque se trata de um discurso que é fruto de uma interpelação; um discurso “para fora” em que há a necessidade de criar uma comunicação entre mundos que são colocados como coisas distintas. Em um segundo momento, seguindo esse esforço de se comunicar, o relato passava a descrever elementos de transição, de passagem entre mundos: o “enturmamento”, os conflitos e rupturas com as instâncias que representam o que se está “deixando” – família e escola. Seguiu uma

terceira etapa na qual já se estava no “mundão”. As descrições ganhavam vivacidade; o tom mais sério e por vezes triste dava lugar a falas e a gestos cheios de emoção. Eram, então, descritas as aventuras “no crime”: os assaltos, as fugas da polícia. Mas a emoção e a intensidade nem sempre tinham esse caráter de adrenalina; era o mesmo momento em que falavam sobre o “veneno”.

Voltemos à questão das emoções relativas à intensidade. Para grande parte dos adolescentes com que se teve contato, o aspecto da experiencição da adrenalina como motivador e como um fator que reforça os pontos positivos da “vida no crime” não pode ser negligenciado. Vale lembrar que para alguns a *adrenalina* não define e nem explica a experiência “no crime” – “é coisa de playboy que se envolve por fama e por prazer” – enquanto para outros é citada como algo fundamental. Assim como marcadores de gênero – tais como o “ethos guerreiro” – não dão conta de toda a experiência no crime, o jogo com as emoções e com os limites pode ser pensado como um elemento, dentre outros, importante na configuração da “vida no crime” e dos modos de subjetivação que se constituem a partir dela.

A ideia da aventura, do movimento, da *adrenalina* permeava as concepções e as experiências cotidianas dos jovens contatados. A experimentação com os limites não apareceu somente nas descrições sobre as atividades ligadas ao “crime”, mas também em outras situações presenciada, como o fato de eles entrarem no mar ou em uma lagoa durante o inverno, com a água fria. Todas essas experiências eram uma forma de diversão, mas também podemos entendê-las, seguindo Le Breton (2004; 2007), como rituais de passagem, de busca de sentido e de “gosto pela vida”, bem como de desafio aos limites para justamente se inscrever na vida, constituir-se.

Mas, na vida dos adolescentes em questão, a sensação de adrenalina, em muitas situações, estava associada à prática de infrações, especialmente nos casos de assaltos. Para Maria Eduarda, audaciosa e focada no presente, a dimensão positiva dessa emoção era tão forte que a fazia nada temer:

E você não tinha medo, assim, quando tava fazendo... de acontecer alguma coisa, de morrer?

Não. Nem pensava nisso na real. Nem pensava no que ia acontecer, só pensava em coisa boa, mesmo, curtindo ali, com os amigos, né?

A adrenalina parece ser um tipo de emoção que, dependendo da pessoa ou do contexto, envolve sentimentos distintos como prazer e medo. Além disso, exige ou promove uma determinada postura, como explicou Luiz Paulo:

Mas não dava adrenalina?

Dá adrenalina. Dá. Dá até medo, né?

Mistura um nervosismo com...

Um nervoso com atitude, né? Que também o cara quer mostrar pros amigo do cara também que o cara não é coisa, né? Quer mostrar que o cara é...

Nas experiências de infração, a sensação de adrenalina estava associada a situações de perigo, de risco de morte, bem como de enfrentamento e, por sua vez, de demonstração de coragem, de perspicácia. Havia também situações que não envolvem adrenalina no momento da infração, mas que visavam à diversão, como no caso narrado por Jéferson, que roubava motos para se divertir, para aprender a andar, para ir a festas.

Uma das pistas para pensar a relação entre a *adrenalina* e o cometimento de infrações pode ser encontrada em Jack Katz (1988) que é uma referência um tanto quanto desconcertante – e, por isso mesmo, fundamental – em sua análise fenomenológica dos “atrativos morais” e “sensórios” do crime. Seu foco está na coerência situacional das práticas. Além disso, nas obras de David Le Breton, especialmente sobre as “condutas de risco” entre adolescentes, tais práticas - nas quais o traço comum consiste na exposição de si a uma probabilidade não negligenciável de morrer ou de se ferir - são interpretadas como ritos ordálicos ou como ritos de passagem contemporâneos nos quais o jovem “joga” com a morte buscando significado para sua existência. No caso da “delinquência juvenil” o autor também sinaliza o aspecto do prazer da transgressão. A delinquência e a violência, nesse contexto, inserem-se na busca de sensações, como uma maneira intensa de entrar em contato com o mundo (Le Breton, 2004; 2007).

Existe sempre nuances. Felipe, ao responder sobre se sentia adrenalina, alguma sensação boa, expressa uma espécie de amortecimento das emoções ao longo de suas experiências *no crime*: “Normal, eu ajo normal, como se não fosse nada.”

Uso de substâncias psicoativas

A grande maioria dos interlocutores nas duas experiências de pesquisa não apenas trabalhava no comércio de drogas, mas também fazia uso de algum tipo de droga lícita ou ilícita. Havia graus de “envolvimento” diversos em relação ao uso bem como diferentes maneiras de se “relacionar” com as substâncias. Mas, mostrou-se recorrente o fato de o sistema socioeducativo desconsiderar que muitos desses jovens eram, além de “traficantes”, dependentes químicos e, desse modo, não prever e garantir tratamentos adequados. Outro elemento que se repetiu se refere a uma dimensão mais “nativa” da

questão no sentido de que havia uma série de interdições e prescrições e a figura do usuário de *crack* (“casquero”) como símbolo do interdito, do sujo, do excesso, do anormal.

Boa parte dos adolescentes relatou que fazia uso de maconha. Para eles, se houvesse uma escala, a maconha estaria quase fora da categoria drogas: “nunca usei nada, só maconha”. O uso era legitimado, permitido e recorrente no grupo, e foram ressaltadas por eles as sensações de relaxamento, de calma. Alguns jovens contaram que faziam uso também de tabaco. Vários meninos disseram que em festas bebiam e, por vezes, usavam cocaína e/ou “balas”, “doces” (*extasy*, LSD). Como contou Luiz Paulo, em alguns lugares há interdições claras quanto ao uso de drogas – com a exceção da maconha – pelos “trabalhadores do tráfico”, de forma que os negócios não sejam prejudicados.

Para alguns deles o uso de algumas substâncias, especialmente a cocaína, estava atrelado ao cometimento de infrações, funcionando como um aditivo de emoção e adrenalina e/ou como um encorajador: atuava, assim, como mais um dos componentes de uma vida que se constitui na intensidade.

A interação entre drogas, sujeitos e crime promove, de acordo com os contextos e com as substâncias, “alter-ações” de encorajamento e incremento das fortes emoções, de relaxamento e de tranquilidade, entre outras. Nesse sentido, é pertinente a contribuição de Eduardo Viana Vargas (2006) sobre o tema quando sugere que não é suficiente indagar “por que as pessoas usam drogas?”, mas “o que ocorre em práticas como essas?”, “que experiência usuários e substâncias realizam?”.

Essa abertura para o reconhecimento de modos plurais de viver a vida nos quais a vida intensa mobiliza uma determinada série de drogas é um movimento importante também na análise da “vida loka”. Isso não quer dizer que se desconsidere o uso de drogas ilícitas entre crianças e adolescentes como um problema sério a ser enfrentado por toda a sociedade. Vale lembrar aqui outro problema grave e pouco encarado como “problema”: a indicação e o uso abusivo, indiscriminado, aleatório de drogas lícitas como a ritalina – considerada a droga da “disciplina” – para crianças e jovens em vários lugares do mundo, inclusive nas instituições de semiliberdade visitadas.

Um último ponto importante é a questão do tratamento, ou melhor, da falta dele. Diante da inexistência de instâncias formais, da restrição ao acesso a profissionais especializados, sobressaiu o agenciamento dos próprios adolescentes. Vários relataram que, sozinhos, deixaram de usar uma ou outra droga. É claro que são casos pontuais, que muitos deles voltam a fazer uso das substâncias que deixaram de usar, mas é preciso

considerar essa questão colocada por eles em termos de “botar na mente”, “ter a cabeça forte”. Júlia, por exemplo, conseguiu deixar de usar crack quando foi internada na semiliberdade. Não houve ali forma alguma de tratamento específico, mas ela ressaltou que foram fundamentais sua força e o modo como o “pessoal da Casa” (coordenação, técnicas, educadores) lidava com as situações, a maneira igualitária de estabelecimento de laços de confiança independente do motivo do jovem estar lá.

Novamente é possível identificar movimentos de agenciamento por parte desses jovens, seja no jogo com a vida intensa, seja na busca pelo autocontrole.

O lugar das emoções “na vida do crime”

Há uma série de dimensões que compõem a experiência *no crime*. Em cada uma, há valores, linhas de sujeição e/ou subjetivação, mundos de referência. Tudo isso atravessa os jovens em questão, e cada uma delas é acionada de acordo com os contextos de ação e de comunicação e de acordo com os sujeitos em relação (VIEIRA, 2014).

Como se mencionou a questão “por que entrou no crime” interpela os sujeitos a darem sentido, explicações sobre sua conduta como desvio. É uma instância em que estão pressupostos um domínio da ordem e outro das rupturas em relação à ordem. Nela entram em cena os processos de produção da delinquência, de nominação, de seletividade, e as categorias que enquadram os sujeitos como delinquentes, infratores, criminosos, em conflito com a lei.

Outra dimensão, um dos focos do presente artigo, se refere estar *no crime* apesar disso significar “hospital, cadeia e caixão”. Aqui é possível pensar que se abre um espaço de resistência, de afirmação de um sujeito que – embora institucionalizado (“vida nua”, sujeita à tortura, à matabilidade), sofredor – elabora o *veneno* que corre em suas veias, as cicatrizes que marcam seu corpo e as modulações que pressionam sua alma, em termos de fortalecimento. A consciência de que se pode ser torturado, humilhado, espancado, “preso” e morto e, apesar disso, e partir disso, seguir nesse caminho. Judith Butler (2006) coloca que as bases para uma comunidade estão relacionadas à nossa exposição e à nossa cumplicidade com a violência, com a nossa vulnerabilidade à perda e ao trabalho de luto que a segue. Para ela, em parte, cada um de nós se constitui politicamente em função da vulnerabilidade social de nossos corpos – como lugar de desejo, de vulnerabilidade física, de afirmação e de exposição. O surpreendente, no caso desses jovens, é que suas vidas, aos olhos de fora “abjetas”, “matáveis”, são constituídas por eles como vidas que valem

a pena ser vividas, apesar disso. E essas vidas para eles têm sentido, são afirmadas na maneira como são vividas. É aí que entra a terceira dimensão: como se vive nessa vida.

Ela é digna de ser vivida por sua intensividade – “viver pouco como um rei” –, pelas sensações (adrenalina, aventura, diversão) que ela proporciona e porque nela corre-se *pelo certo*. Nela forma-se uma comunidade de valores, uma comunidade política na qual devem prevalecer o respeito e a humildade entre os membros, de modo que todos se sintam devidamente “considerados”. Há aí, ao menos como horizonte e como objeto de problematização moral, a constituição de um sujeito ético, o “sujeito-homem”.⁵

Diferentes emoções como o *veneno* e a *adrenalina* fazem parte, assim, de um quadro mais geral das dimensões de uma determinada experiência, de um certo estar no mundo. Elas constituem, além disso, determinados corpos e participam centralmente dos processos de subjetivação desses adolescentes na “vida do crime”.

Referências Bibliográficas

BRIONES, Claudia; TOMÁS, Marcela. Sentidos y territorios vivenciales de violencias y violentamientos en situaciones de encierro. *Apresentação trabalho X RAM*. GT 64: Muertes, violencias y territorio: sentidos y escenarios en América Latina. CD-ROM, ISBN: 987-24680-2-8. Córdoba, 2013.

BUTLER, Judith. *Vida precaria: el poder del duelo y la violencia*. Front Cover. Editorial Paidós, 2006.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA – CNJ. *Panorama Nacional*. A Execução das Medidas Socioeducativas de Internação. Programa Justiça ao Jovem. CNJ, 2012. Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/images/programas/justicaaojovem/panorama_nacional_justica_ao_jovem.pdf>. Acesso em: 31-07- 2013.

GOLDMAN, Marcio. *Alteridade e experiência: Antropologia e teoria etnográfica*. *Etnográfica*, Lisboa, 2006.

KATZ, Jack. *Seductions of crime*. Moral and sensual attractions in doing evil. New York: Basic Books, 1988.

LANGDON, Esther Jean. DAU. In: *Religião, Magia ou Feitiçaria*. O Pensamento Antropológico sobre o Xamanismo. Trabalho apresentado para o Concurso de Professor Adjunto na Universidade Federal de Santa Catarina (cópia de versão impressa), 1988.

⁵ A questão do “sujeito-homem” que “corre pelo certo” mostrou-se central na análise acerca da relação entre moral e processos de subjetivação e está delineada na tese (Autor, 2014).

LE BRETON, David. Les conduites à risque des jeunes : des violences sur soi à celles sur les autres. In : *Bull. Acad. Natle Méd.*, 2004, 188, n°8, 1313-1322, séance du 25 novembre 2004.

_____. *En souffrance*. Adolescence et entreé dans la vie. Paris: Éditions Métailié, 2007.

_____. *As paixões ordinárias*: antropologia das emoções. Petrópolis: Vozes, 2009

_____. *Expériences de la douleur*: entre destruction et renaissance. Paris : Éditions Métailié, 2010.

OCHS, Elinor. Narrativa. In: *El discurso como estrutura y proceso*. Estudios del discurso: introduction multidisciplinaria. Gedisa, 2000.

VARGAS, Eduardo Viana. Uso de drogas: a alter-ação como evento. *Revista de Antropologia*, São Paulo: USP, 2006, v. 49 n° 2.

VICENTIN, Maria Cristina G. **A vida em rebelião**: jovens em conflito com a lei. São Paulo: Hucitec/Fapesp, 2005.

VIEIRA, Danielli. *Vivendo “no veneno”*: Análise de narrativas contadas por jovens sobre homicídios em Santa Catarina. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, 2009.

_____. “Vivendo no veneno”: narrativas contadas por jovens sobre homicídios em Santa Catarina. In: RIFIOTIS, Theophilos; VIEIRA, Danielli. (orgs.). *Um olhar antropológico sobre violência e justiça*: etnografias, ensaios e estudos de narrativas. Florianópolis: Ed.da UFSC, 2012.

_____. *Correndo pelo certo, vivendo no crime*: moral, subjetivação e comensurabilidade na experiência de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, 2014.

ZALUAR, Alba. *Condomínio do Diabo*: as classes populares urbanas e a lógica do ferro e do fumo. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1995.